

## AUTORITARISMO, EXCLUSÃO E A CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE

*Helerina Aparecida Novo*

Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da UFES

Inicialmente, quero agradecer à organização deste simpósio pelo convite e expressar minha alegria por estar entre vocês. A casa dos historiadores é um campo fértil para os psicólogos que buscam construir uma psicologia crítica e implicada com o mundo dos seres humanos múltiplos, concretos e tecelões de suas histórias. Histórias tecidas na História coletiva da espécie humana. Para nós, o diálogo com os historiadores e com sua produção é fonte importantíssima para a construção do nosso próprio olhar na busca de compreensão das ações humanas, seus motivos e interesses, suas escolhas, enfim sua trajetória neste mundo.

A Psicologia Social que vem sendo construída no Brasil, e na América Latina, particularmente a partir do final da década de 70<sup>1</sup>, insere sua produção teórica e práticas profissionais numa perspectiva de reflexão sobre suas próprias bases, buscando implicar-se com as demandas mais urgentes da sociedade. Nesta perspectiva, entende que as estruturas sociais que vão se desenvolvendo (e se transformando) historicamente são construídas, assim como o ser humano que as constrói.

Portanto, não existe uma história sem sujeito, nem um sujeito fora da história. Nem a história, nem os homens e mulheres são abstrações. Configurações sócio-históricas se impõem sobre a vida dos homens e estes mesmos homens dão

1. Cf. LANE & CODO (1984), MARTIN-BARÓ (1983), MONTERO (1978), entre outros.

sentido à realidade social. Pensam, sentem, agem e, assim, constituem e são constituídos no processo social. O social não se reduz, na nossa perspectiva, a uma influência ou a uma variável independente, como querem muitos (principalmente, da tradição positivista americana), muito menos as estruturas sociais se impõem de forma linear sobre os processos subjetivos. A subjetividade é constituída *no* e é constituinte *do* social.

Considerar as múltiplas determinações que confluíram, nos diferentes momentos históricos, para que possamos analisar os processos de subjetivação que se instituem na contemporaneidade, é uma tarefa complexa.

No Brasil, sabemos que um longo processo de colonização, caracterizado por fortes componentes autoritários, marcou de forma indelével as relações sociais aqui desenvolvidas. Três séculos de escravidão acentuaram as distâncias sociais, a naturalização das hierarquias e da desigualdade sociais e mantém, hoje, os direitos de cidadania reservados para uma minoria privilegiada. A memória da escravidão permanece viva nos processos de socialização que, cotidianamente, reproduzem os lugares sociais diferenciados que ocupamos, em função de nossas pertenças sociais e econômicas. Neste processo, cada indivíduo, aprende a *conhecer seu lugar*, citando uma expressão tão comum na nossa cultura. Ou seja, cada um aprende o seu lugar, construindo subjetivamente sua própria auto-referência e a referência do outro, como lugar simbólico daquilo que tem que legitimar como igual (ou como diferente) ou excluir, porque inferior e indigno de com-partilhar o mesmo espaço.

A discussão dos direitos de cidadania na sociedade brasileira defronta-se com os valores tradicionais que permanecem sustentando a forma como nos relacionamos com este contínuo que vai do privado ao público, do familiar ao impessoal, do individual ao coletivo, expressando as ambigüidades do processo ainda incipiente de redemocratização do país.

Um importante estudo, empreendido por Jovchelovitch (2000), sobre os saberes sociais tácitos sobre a vida pública no Brasil, mostra como aqui, apesar das garantias constitucionais de um estado de direito, “a esfera pública permanece uma aspiração, um projeto, algo pelo qual ainda é preciso lutar” (p.185). No nível das práticas, prevalece a hegemonia da rede de relações pessoais que, na representação da comunidade, é o meio através do qual ela consegue proteger-se das ameaças provenientes da sua própria condição de exclusão social. Ou seja, se, por um lado, esta mistura entre os domínios público e privado tem sido problemática para a instauração de um território democrático, sob o império da impessoalidade da Lei, por outro, ainda se

encontram laços de solidariedade unindo as comunidade mais excluídas de seus direitos à cidadania, como mostram os dados levantados pela pesquisadora.

Assim, é importante que as análises que hoje lidam com as questões levantadas pelo agravamento da violência, nos diversos centros urbanos do país, levem em conta outros elementos, além das graves desigualdades sócio-econômicas. A vida pública brasileira, longe de adequar-se aos maniqueísmos opressores e oprimidos, dominantes e dominados, precisa ser compreendida a partir de um universo simbólico complexo, em que se inter cruzam movimentos de reprodução, de resistência e de transformação dos atores e das práticas sociais.

O significado que os diferentes grupos sociais vão construindo do espaço público onde vivem dimensiona, de forma particularizada, o processo de exclusão/inclusão que sofrem e transforma as conseqüências sobre a realidade vivida. Esta dialética entre representações e práticas sociais é, justamente, o pano de fundo para que possamos analisar a construção da alteridade, num contexto plural (Jodelet, 1998).

## PROCESSOS DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO E VIOLÊNCIA

As representações sociais da violência apresentam diferentes configurações de um período a outro da história social, e devem ser analisadas à luz das circunstâncias de cada conjuntura sócio-político-cultural. Particularmente, enfrentamos as conseqüências das profundas mudanças e crises da modernidade. As transformações deste fenômeno chamado violência não vêm ocorrendo isoladamente, pelo contrário, parecem estar diretamente ligadas a mudanças que estão acontecendo em nível mundial, tanto no plano político quanto no econômico.

Wieviorka (1997) considera que a análise da violência contemporânea deveria envolver quatro níveis: 1) a mundialização da economia e o neoliberalismo, que estimulam a fragmentação cultural e social e, conseqüentemente, contribuem para a mundialização da violência com suas formas fragmentárias; 2) a crise do Estado/nação, que, justamente pela sua carência, pode ser considerado elemento determinante na produção da violência; 3) a consciência de que as mudanças econômicas não significam uma redução da violência; 4) o individualismo contemporâneo que opera no sentido de transformar o público em privado e intensificar as fragilidades pessoais.

Lipovetsky (1993) observa que o desenvolvimento de sociedades democráticas é marcado por uma intensificação do processo de personalização, processo esse que designa uma nova organização e controle das relações sociais, diversa daquela que predominou até os anos cinqüenta. Ou seja, rompe-se uma ordem disciplinar-revolucionária-convencional que marcou o despontar das sociedades modernas. Este processo de personalização, segundo o autor, vai implicar a fratura da socialização disciplinar, de um lado, e de outro, a instituição de uma sociedade flexível baseada na informação e no incentivo ao cultivo das necessidades e motivações individuais.

Ao reforçar as fragilidades pessoais, o individualismo contemporâneo criou condições para o uso da violência. Encontramos, então, nesse contexto, o acirramento da raiva, da frustração e dos ressentimentos que vão se expressar nas formas violentas de resolução de conflitos. Os atos considerados violentos parecem ser intensificados pelo ressentimento frente à percepção do não-reconhecimento social e pelo sentimento de injustiça vivido.

O mundo público, tendo sido enfraquecido pela exacerbação da esfera individual privada, produziu tanto um indivíduo deteriorado quanto uma sociedade vazia. “O silêncio substituiu a conversa e a observação substituiu a participação como forma na qual podemos experienciar a vida pública” (Jovchelovitch, 2000:64). Com o estreitamento do espaço público, criou-se um desequilíbrio que impede a plena realização da democracia e cidadania, na medida em que estas não podem se ancorar em interesses privados.

As conseqüências desta quase ausência de um espaço público no Brasil impede que os jovens sejam socializados na perspectiva da necessidade intrínseca da presença do outro para sua própria existência e realização. A insegurança criada pelas crises sociais na vida cotidiana, a falta de perspectivas profissionais de uma grande maioria dos jovens, ancoradas nos valores da competição acirrada, tornam mais estreitos os espaços para a ação coletiva e solidária. Um *ethos* anti-violência não se constrói fora de espaços públicos, coletivamente compartilhados.

Para uma maior compreensão dos mecanismos que estão em funcionamento na produção e manutenção dessa banalização da violência, é fundamental pesquisarmos quais são e como se produzem as representações sociais que os sujeitos constroem para dar conta da realidade que estão vivendo. As representações sociais “(...) constituem modalidades de pensamento prático orientados para a comunicação, a compreensão e o domínio da vida social, material e ideal”. (Jodelet, 1989). São construídas com a finalidade de orientar o comportamento dos indivíduos em suas relações sociais; considerando que os sujeitos pensam, sentem, avaliam e agem no plano dessas inter-relações.

Para a Teoria das representações sociais, processos objetivos e processos subjetivos não constituem dimensões autônomas, mas fazem parte do movimento de construção do espaço do sujeito social. (Jovchelovitch, 2000). Ao lidarmos com as RS, estaremos analisando com os mecanismos através dos quais as estruturas sócio-históricas são objeto de construção pelos sujeitos sociais e se materializam nas práticas sociais.

O significado negativo atribuído à violência na contemporaneidade faz com que os fatos violentos sejam colocados como algo externo, vindo do outro, longe de nós, das nossas casas, nas periferias da cidade, preferencialmente naturalizados no cotidiano do grupos mais desfavorecidos socialmente. Entretanto, a violência está presente no nosso imaginário e materializa-se nas práticas sociais, nas nossas ações e na forma como lidamos com a vida nos seus diferentes setores.

Como muitos estudos demonstraram (Caldeira, 1992; Machado da Silva, 1991), em nossos centros urbanos é crescente a preocupação em fortificar as moradias com sistemas de segurança cada vez mais sofisticados, em manter as crianças vigiadas e protegidas das ruas, ou seja, dos setores “perigosos” das cidades, produzindo um isolamento que aprofunda a distância entre os diferentes extratos sócio-econômicos. As cidades se partem, se dividem, geográfica e espacialmente, muitas vezes em função da violência urbana. Criam-se guetos tanto nos bairros nobres quanto nas áreas populares, gerando novas formas de segregação social.

Analisando-se dados econômicos, verifica-se que os gastos com a segurança privada têm sido incrementados, mesmo considerando um período em que a economia nacional registra baixa em outros ramos de atividade (Teixeira, 2000). Cria-se a ilusão de que assim pode-se garantir uma maior segurança face aos perigos da rua e, conseqüentemente, alcançar melhor qualidade de vida.

Está é, justamente, a idéia que se constrói e se re-constrói quando lidamos com a violência que é tornada visível pelas imagens que a mídia produz, na maior parte das vezes reproduzidas como puro espetáculo. Esta aparição cada vez mais banalizada da violência criminal, longe de permitir detectar seus atores com mais clareza, reforça o estigma sobre as classes menos favorecidas, claramente mais expostas (e diligentemente controladas pelo aparelho repressivo) às situações de conflito e repressão. Por outro lado, a segregação social impede que os estereótipos sejam questionados e outras possibilidades de convivência sejam construídas.

Os processos afetivos envolvidos na interação humana são fundamentais para estabelecer parâmetros éticos que orientem novas formas de convivialidade social, abertas ao diálogo e respeito à diferença. Esta dimensão afetiva encontra-se na base da construção e transformação das representações sociais do Eu e do

Outro e remete para as escolhas éticas que fazemos, coletivamente, ao longo da história e que se expressam através das práticas sociais.

Romper a trajetória secular das práticas autoritárias que forjaram a vida social contemporânea exige a criação de outros espaços e movimentos de resgate da cidadania ampla e da efetiva participação de todos no espaço público.

• • •

#### BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, A. (org.) *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CODO, W. & LANE, S.T.M. *Psicologia Social – o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- JODELET, D. *Folies et représentations sociales*. Paris: PUF, 1989.
- JODELET, D. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, A. (org.) *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JOVCHELOVITCH, S. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARTIN-BARÓ, I. *Acción y ideología: Psicología Social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores, 1983.
- MONTERO, M. Psicologia social e história. In: *Boletim AVEPSO*, 1, 66:84.
- NOVO, H. A. Fatos e Mito: o imaginário sobre a violência na Grande Vitória. In: *Mosaico – Revista de Ciências Sociais*. Vitória, 2000. (no prelo)
- TEIXEIRA, I. Macroeconomia da segurança. In: *Conjuntura Econômica*. FGV, fev. 2000.
- WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, vol 9(1): 5-41, maio de 1997.